

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA TELEVISIVA BRASILEIRA: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

ROSILENE JESUS¹

RESUMO

A televisão é o principal meio de comunicação utilizado pelo brasileiro, podendo ser um importante instrumento para manter a ordem social, impondo ideologias e mascarando a realidade. Este estudo buscou analisar os casos de violência contra a mulher enquanto expressões da questão social apresentadas nos episódios do Programa *Cidade Alerta*, em uma metodologia explicativa, norteada pela teoria marxista. As reflexões apontam que, a sociedade brasileira ainda vivencia uma realidade de base patriarcal, onde a violência contra a mulher é naturalizada na mídia televisiva, que espetaculariza as ocorrências de violência, encobrendo as origens históricas fundamentadas no sistema estrutural da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Mídia; Questão Social; Violência contra a mulher

ABSTRACT

Television is the main means of communication used by Brazilians, and can be an important instrument for maintaining social order, imposing ideologies and masking reality. This study sought to analyze cases of violence against

¹Universidade Federal de Viçosa

women as expressions of the social issue presented in the episodes of the City Alert Program, in an explanatory methodology, guided by Marxist theory. The reflections show that Brazilian society still experiences a patriarchal reality, where violence against women is naturalized in the television media, which make spectacular the occurrence of violence, covering up the historical origins based on the structural system of Brazilian society.

Keywords: Media; Social question; Violence against woman

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira, como em toda sociedade capitalista, a ordem vigente prioriza o lucro e a acumulação de riquezas, em detrimento à garantia dos direitos da população, o que resulta em diversas expressões da questão social que assolam as famílias, como pobreza, violência e desemprego.

A questão social, enquanto mazelas derivadas do sistema econômico desigual e excludente constituem expressões diretas das relações sociais de um padrão de desenvolvimento capitalista. Alicerçado nos preceitos marxistas, que compreendem que as desigualdades sociais são advindas do processo de acumulação do capital, a questão social é vista como uma consequência gerada pelo processo estrutural, articulado a uma dinâmica social.

A questão social tem sido alvo de diversas pesquisas realizadas por Iamamoto (2008), Montano (2012) e Netto (2001), pois, na contemporaneidade, suas expressões têm se apresentado de forma multifacetada, muitas vezes imperceptível, encoberta em discursos ideológicos e persuasivos, como os divulgados no jornalismo televisivo brasileiro que culpabiliza as pessoas pela situação que vivenciam. Uma das expressões da questão social divulgadas pela mídia televisiva é a violência contra a mulher, que se manifesta como resultado da desigualdade de gênero na sociedade capitalista.

O gênero se refere às “diferenças socioculturais existentes entre os sexos masculino e feminino, que se traduzem em desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior à dos homens nas diferentes áreas da vida humana” (TELES; MELO, 2002, p.17).

Dessa forma, torna-se relevante analisar os casos de violência contra a mulher, divulgados pela mídia televisiva, de maneira a associar os mesmos às expressões da questão social, desnaturalizando as relações de poder do homem sobre a mulher, muitas vezes reforçadas pela televisão.

A mídia televisiva, enquanto importante canal de informações é determinante na construção da opinião pública, interferindo na compreensão do ser social quanto à realidade em que está inserido. Apesar dos avanços da rede de internet e suas variadas formas de interação, a televisão brasileira é o canal midiático mais usado pela população para se informar, segundo notícias do site Pesquisa Brasileira de Mídia, que tratou sobre “Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira” (BRASIL, 2016). De acordo com os dados relativos ao ano de 2016, no Brasil, a TV é o principal instrumento informativo.

Mesmo com o advento da televisão por assinatura que oferece uma diversidade de canais, a televisão aberta ainda permanece com altos índices de audiência. Apesar da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE, 2013 *apud* Mattos, 2014) revelar uma queda na audiência da televisão aberta, Mattos (2014) afirma que a medição feita por aquele Instituto não considera o público que assiste a TV aberta através dos canais da TV por assinatura, o que evidencia que “A audiência da televisão aberta não está em queda e sim migrou para a televisão fechada, a audiência está lá, só não está sendo medida” (p.1).

Mesmo com o maior acesso à internet, o brasileiro continua utilizando a televisão como principal meio de comunicação para se informar, se entreter e se divertir, considerando esse canal confiável e com credibilidade.

Em termos de informações sobre que ocorre no país, dos telejornais exibidos na televisão aberta, o programa *Brasil Urgente* (Rede Bandeirantes de Televisão) e o *Cidade Alerta* (Rede Record de Televisão) se sobressaem por apresentarem notícias diárias de situações cotidianas vivenciadas pela população, cujas reportagens, na maioria das vezes, envolvem situações onde a questão social se faz presente. Ambos tratam das mesmas questões, ou seja, notícias de violência e situações de fragilidade de indivíduos e famílias brasileiras, sendo exibidas de forma espetacularosa. No entanto, o que possui a maior audiência nacional é o *Cidade Alerta*.

Quando o assunto envolve situações de violência, a mídia recorre a recursos narrativos que naturalizam as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que coloca a culpa no indivíduo por sua situação de fragilidade, levando o espectador a acreditar que esse sujeito é um fracassado, que coloca em risco a população e, portanto, precisa ser punido e até mesmo receber pena de morte, algo que não é permitido no Brasil.

Ao culpabilizar o indivíduo pela sua própria situação e pela situação do país, mediante uma ação moralizadora, os jornalistas desconsideram toda a problemática envolvida na formação socioeconômica e política do Brasil, promotora de desigualdade, pobreza e violência, que está na raiz da questão social brasileira.

Há de se considerar os condicionantes históricos da formação da nossa sociedade, refletindo sobre o seu desenvolvimento alicerçado na exploração da classe dominada, o que deu origem à questão social brasileira que tem suas raízes no sistema escravista e no patriarcalismo, que tiveram início no período colonial e foi determinante na formação da nossa sociedade. A origem histórica de exploração se perpetuou ainda no período pós-escravidão, com o proveito do trabalho de pessoas pobres nas lavouras e engenhos.

Conforme Fernandes (1975), no Brasil, o desenvolvimento econômico aconteceu sob o domínio da classe burguesa, favorecendo o crescimento da desigualdade social. Assim, o Estado capturado pelo poder burguês adota medidas que favorecem a concentração de renda, a dominação política e ideológica, mantendo a ordem social através da imposição de práticas de cunho patriarcal.

A população brasileira se constituiu em um contexto de dominação de uma classe sobre a outra, onde a classe burguesa, para defender seus interesses, fundamenta suas práticas em concepções patriarcais, como por exemplo, o poder do homem sobre a mulher. Por mais que a mulher tenha alcançado direitos e independência econômica, os homens ainda se sentem donos das mulheres, cujo comportamento traz vestígios de um sistema em que o patriarca mantinha o controle sob os demais membros da família, impondo sua vontade. A ideologia patriarcal, calcada no poder do pai, se estende até mesmo aos homens solteiros, que procuram dominar suas namoradas, irmãs e mães. E, quando elas não atendem às suas imposições, eles respondem com violência.

Assim, a violência contra a mulher constitui um problema estrutural que vem sendo divulgado pela mídia televisiva que, por sua vez, naturaliza esse fenômeno, desconsiderando os condicionantes históricos, econômicos e ideológicos incorporados nessa expressão da questão social.

Dessa forma, o presente estudo teve como o objetivo analisar a violência contra a mulher, enquanto uma das expressões da questão social, divulgada no Programa *Cidade Alerta* da Rede Record de Televisão.

1. Procedimentos Metodológicos

Foram analisados os episódios do Programa *Cidade Alerta*, exibidos entre o dia 20 de setembro e o dia 20 de outubro de 2018, definidos por saturação, ou seja, quando as informações se tornavam repetitivas, sem acrescentar no potencial analítico.

A pesquisa foi norteadada pela teoria marxista, que possibilita a compreensão da dinâmica social da sociedade capitalista como um palco onde ocorre uma

constante luta entre a classe dominante, proprietária dos meios de produção, que mantém um controle e dominação sob os trabalhadores que compõem a classe subalterna (MARX, 2013). Essa ideologia de dominação de classe se transfere para o âmbito da vida íntima, sob a forma de violência e controle dos homens sobre as mulheres.

2. Análises das reportagens jornalísticas

O jornal *Cidade Alerta* é um programa popular, direcionado para o público composto pela classe média baixa. Para despertar o interesse do público sobre o assunto, as matérias são escolhidas de modo a causar impacto no espectador, instigando-o a assistir os episódios subsequentes, recorrendo a estratégia de anunciar os casos com mínimos detalhes, sendo a situação em tela reiterada nos episódios seguintes, como se fosse uma novela.

Ao divulgar os casos de violência, o *Cidade Alerta* se atenta aos pormenores das situações, convertendo a tragédia anunciada em um espetáculo televisivo. De acordo com o objetivo do programa, transmitir a informação não basta, é preciso despertar o interesse pela notícia e prender a atenção do espectador através da sensacionalização do fato anunciado.

A análise dos episódios jornalísticos evidenciou que as reportagens se concentravam em ocorrências de violência, sendo que, apenas uma das 94 reportagens tratava-se de morte natural.

Dos casos acompanhados durante um mês, que totalizaram 94 reportagens, 24 tratavam do desenrolar de casos anteriormente apresentados, enquanto 70 correspondiam a novos acontecimentos. Desses novos ocorridos, metade das reportagens se referia a ocorrências de violência contra a mulher, enquanto a outra metade tratava de outras formas de violência, como roubos e sequestros, tendo crianças, adolescentes, pessoas idosas e homens como vítimas.

Teles e Melo (2002) salientam que o termo “violência contra a mulher” foi construído para definir práticas contra o sexo feminino, cujas práticas resultam simplesmente pelo fato da vítima ser mulher. Assim, essa expressão pode ser entendida também como “a intimidação da mulher pelo homem que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador” (p. 11).

As autoras relatam que a violência contra a mulher está arraigada no domínio das relações humanas de tal forma que se naturaliza e é legitimada pela sociedade. Historicamente, os homens controlavam as mulheres pela força, mais tarde, esse controle foi exercido pelas leis, pela política, ciência e religião, que ratificaram a dominação masculina na sociedade de classes. Mesmo na sociedade moderna, quando as mulheres tiveram acesso ao trabalho e independência

financeira, a violência continua presente, pois os homens insistem em manter o seu domínio, tendo a mulher como sua propriedade.

De acordo com Rocha (2007, p. 17), “a questão feminina é uma questão social e só como tal poderá ser resolvida”. A autora salienta que as pesquisadoras marxistas foram as primeiras a problematizar a condição de subordinação feminina, explicando sua origem no processo histórico, político e social.

[...] o núcleo central da teoria marxista – a concepção e um processo histórico e materialmente situado, originando conflitos, hierarquias e instituições – permitiu desnaturalizar as desigualdades de gênero, superando na abordagem essencialista que situava na natureza humana a base de dominação e da subordinação (ROCHA, 2007, p. 17).

Marx e Engels (1998) correlacionam a violência contra a mulher com o surgimento da propriedade privada e posterior aparecimento das classes sociais. Argumentam que a mulher passa a ser submissa quando é colocada no domínio privado, sendo excluída sua participação na produção social.

Engels (2017) afirma que na família burguesa não há uma relação igualitária entre os sexos, mas fundamenta-se na ausência de liberdade feminina, pois o capitalismo se desenvolveu e se estruturou historicamente com a subordinação e dominação da mulher pelo homem.

Mesmo entre os contratualistas da revolução burguesa o século XVIII, como Locke e Rousseau, cujas teorias liberal e democrática modelavam uma sociedade civil no qual os homens seriam livres e iguais determinando seus próprios destinos, as mulheres não foram incluídas. Ou seja, nos turbulentos anos de luta na Inglaterra e na França, os reformadores (homens) não questionaram a inaceitabilidade das mulheres para a vida pública. Conforme Nye (1995, p.15), Locke e Rousseau jamais pretenderam aplicar suas ideias às mulheres.

Diante disso, no clima da Revolução Francesa, mulheres revolucionárias como Marie Olympia de Gouges e Mary Wollstonecraft questionaram a exclusão social e política das mulheres reivindicando direitos políticos e sociais que só foram alcançados no século XX. Entretanto, os homens não conformaram em perder sua dominação e utilizaram formas para que as mulheres acreditassem em sua fragilidade, dentre elas a violência.

Embora as mulheres tenham alcançado acesso à educação, ao mercado de trabalho, bem como a independência financeira e os direitos sociais, os homens continuam buscando controlá-las, seja por meio de violência simbólica presente

nos discursos, seja pela violência explícita (verbal e corporal). Assim, Pateman (1993) defende que o contrato social que funda a sociedade moderna não muda a condição das mulheres, pois elas continuaram sem direitos de propriedade e sem liberdade de decisão. Em função desses aspectos, a autora utiliza o termo “patriarcado moderno” pois, a sociedade contratual continua buscando mecanismos para negar os direitos das mulheres.

Na obra: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1976), a autora busca compreender o processo de desigualdade social que gera a violência sofrida pela mulher na sociedade capitalista. Em suas reflexões, Saffioti prefere o termo *patriarcado* em detrimento do termo *gênero* para se referir a uma estrutura de poder desigual entre mulheres e homens.

Salienta Saffioti (1976) que a sociedade brasileira se encontra em estágio menos evoluído em relação aos países que formam o núcleo do capitalismo mundial. Defende que “os problemas que as mulheres enfrentam nas sociedades competitivas, na medida em que sejam realmente insolúveis neste tipo estrutural, são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo” (p. 66).

Esse processo de dominação é reforçado nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, religiosos e morais e conta com a adesão não só de homens, mas também de muitas mulheres. Nesse sentido, tratar a violência contra a mulher como uma expressão da questão social exige reconhecer suas raízes históricas, desnaturalizar atitudes machistas de cunho patriarcal e interpretar suas particularidades.

Muitos episódios de violência contra a mulher resultam em morte, frequentemente cometido pelo marido, no âmbito da família. Em outros casos, a tirania exercida na família é tão grande, que leva as mulheres a cometerem suicídio. Conforme Marx (2018), no contexto da família ocorrem opressões contra as mulheres pobres e burguesas, em proporções diferenciadas. A onipresença da ordem moralista incita a coerção que resulta em agressão física e psicológica, em especial às mulheres, na vida privada e íntima do lar.

O número expressivo de casos de violência contra a mulher apresentado pelo programa *Cidade Alerta*, no período estudado, reforça o argumento de que essa é uma ocorrência comum na sociedade brasileira, o que indica que esse tema que vai além de um assunto comportamental e conjuntural, abrangendo a estrutura social androcêntrica e capitalista.

Reiterando essa estrutura, as reportagens sobre a violência contra a mulher como expressão da questão social brasileira, noticiadas diariamente nos telejornais, se tornam um enunciado comum, “pouco comovente porque é por demais banalizado, tratado como algo que faz parte da vida” (TELES; MELO, 2002, p. 2).

Dos 35 casos de violência contra a mulher apresentados pelo programa *Cidade Alerta*, foram selecionadas 20 reportagens que explicitam situações onde a autoria do agressor foi identificada, apresentando uma amostra do domínio do homem sobre a mulher. As reportagens foram organizadas por similaridade, conforme apresenta o Quadro 01.

QUADRO 01 - REPORTAGENS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

| Nº | Título da reportagem | Vítima | Agressor | Tipo de crime |
|----|--|--------------------|----------------|--------------------------|
| 01 | Homem não aceita a separação e ameaça a ex-mulher de morte | Ex- esposa | Ex-marido | Ameaça |
| 02 | Jovem é internada após ser esfaqueada pelo ex-namorado | Ex-namorada | Ex-namorado | Agressão física |
| 03 | Homem inconformado com a separação mata a ex-esposa e comete suicídio | Ex- esposa | Ex-marido | Assassinato |
| 04 | Video mostra mulher sendo agredida pelo ex na frente da filha | Ex-esposa | Ex-marido | Agressão física |
| 05 | Jovem é assassinada pelo ex-namorado | Ex-namorada | Ex-namorado | Assassinato |
| 06 | Jovem baleada envia foto para pedir socorro | Ex-namorada | Ex-namorado | Tentativa de assassinato |
| 07 | Mulher é encontrada morta após visitar o ex-marido | Ex- esposa | Ex-marido | Assassinato |
| 08 | Mulher foge por medo de ameaças do ex-marido | Ex- esposa | Ex-marido | Ameaças |
| 09 | Modelo revela rotina de terror vivida em relacionamento abusivo com ex-marido ator | Ex-esposa | Ex-marido | Agressão física |
| 10 | Mulher tem braço quebrado após ser espancada pelo marido | Esposa | Marido | Agressão física |
| 11 | Homem é acusado de colocar fogo na própria mulher | Esposa | Marido | Agressão física |
| 12 | Homem é preso por espancar mulher até a morte | Esposa | Marido | Assassinato |
| 13 | Homem espanca a namorada e se entrega à polícia, mas é solto | Namorada | Namorado | Agressão física |
| 14 | Mulher é esfaqueada pelo namorado no quintal de casa | Namorada | Namorado | Agressão física |
| 15 | Áudio revela plano de idoso após a morte da amante | Amante | Amante | Assassinato |
| 16 | Suspeito de abusar da cunhada e da filha está foragido | Cunhada Filha | Cunhado Pai | Abuso sexual |
| 17 | Suspeito de matar a cunhada confessa o crime | Cunhada | Cunhado | Assassinato |
| 18 | Médico é preso suspeito de dopar e abusar de estudante | Paciente | Médico | Abuso sexual |
| 19 | Homem é preso ao se passar por motorista de aplicativo e abusar de passageira | Passageira de Uber | Motorista | Abuso sexual |
| 20 | Homem invade hotel e estupra turista paulista no RN | Turista em hotel | Invasor | Estupro e roubo |

Fonte: Programa Cidade Alerta. Elaborado pelas autoras.

Um caso de ameaça à vida ilustra a reportagem número 01. Um casal que conviveu por 10 anos e teve dois filhos se separa a pedido da mulher. O marido não aceita a separação e ameaça a ex-esposa de morte.

Na reportagem número 02, uma jovem de 22 anos foi esfaqueada pelo ex-namorado que estava inconformado com a separação. Após um relacionamento abusivo, a mulher pediu a separação, e, após ameaças, solicitou uma medida protetiva contra o agressor que a esfaqueou e estava foragido.

Na terceira reportagem, o jornal relatou a história do relacionamento entre um casal da classe média alta, casados por 12 anos, que vivia com os filhos em um condomínio fechado. O homem planejou o assassinato da ex-esposa, deixando os filhos na casa da vizinha e, ao chegar à casa da sua ex-mulher, cometeu o assassinato e se matou em seguida.

Na reportagem 04, um vídeo registrou imagens de um homem agredindo uma mulher que segurava uma criança no colo. Ele dizia que ela gosta de apalpar. Mesmo a vítima sendo separada do agressor, ele acreditava que a mulher deveria obedecê-lo.

Na reportagem de número 05, uma jovem é assassinada pelo ex-namorado. A investigação constatou que após um relacionamento conturbado de seis anos, a mulher terminou a relação. Sem aceitar o término, após muitas tentativas de reatar a relação, o homem planejou o assassinato e executou o crime.

Na reportagem 06, tem-se um caso onde a mulher é baleada pelo ex-companheiro que era policial militar. A vítima sobreviveu à tentativa de assassinato, cujo crime foi praticado por motivos de ciúmes.

Na reportagem 07, uma mulher foi encontrada morta após visitar o ex-marido. As investigações mostram que o ex-companheiro matou a mulher, após ter feitos diversas ameaças e não aceitar o fim do casamento.

Uma mulher que foge por medo de ameaças do ex-marido, é o mote da reportagem de número 08. A família mostrava-se preocupada com o desaparecimento da mulher que reapareceu afirmando ter medo do ex-marido que a ameaça de morte por não aceitar o fim do casamento.

Na reportagem de número 09, a vítima era uma modelo de 28 anos que era agredida pelo marido durante o relacionamento e sofreu uma grave agressão física após a separação. O ex-marido, que já foi acusado pela mesma ocorrência em relacionamentos anteriores, negou o crime.

São nove reportagens que tratam sobre ameaças, agressão e assassinato cometidos após o término do relacionamento entre o casal. Em todos esses casos, o agressor, o ex-namorado ou o ex-marido não aceita a decisão da companheira de romper com o relacionamento e pratica o crime.

A maioria dos casos apresenta um roteiro semelhante. Um casal começa um relacionamento, o homem revela-se ciumento e agressivo, a mulher termina a relação e é agredida ou morta.

Na reportagem de número 10, uma mulher conhece um homem pela internet e inicia um relacionamento. O casal foi morar junto e já no início da relação conjugal começam as agressões. O homem proibia a mulher de trabalhar fora de casa e aos cinco meses de relacionamento a agrediu brutalmente lhe quebrando o braço. A mulher abandonou a casa e fugiu.

Na décima primeira reportagem é apresentado o caso de um casal que vivia sob o mesmo teto há quatro anos, numa relação conturbada por conta dos ciúmes do marido. As agressões eram constantes, mas a esposa não denunciava. Após uma briga, o homem colocou fogo no corpo da companheira que sobreviveu ao ataque e denunciou o marido.

Um casal com três filhos vivia junto há 11 anos. A esposa pediu a separação, mas foi assassinada pauladas pelo marido que não aceitou o pedido de divórcio. O agressor foi preso e aguarda julgamento. Esse é o caso número 12.

A reportagem de número 13 apresenta o caso dos namorados Laiane e Caio César. Após se relacionarem por dois meses, Caio espancou a namorada por ciúmes. Depois de cometer a agressão, ele se apresentou na delegacia, e, após confessar o crime, foi liberado para responder em liberdade.

A reportagem 14 apresenta um caso de relacionamento que terminou em assassinato. A mulher tentou terminar o namoro após o comportamento agressivo e ciumento do companheiro. Ele não aceitou o término da relação e esfaqueou a namorada na própria casa, cuja agressão levou a óbito da jovem.

Na reportagem de número 15, um idoso tenta apagar provas que o incriminam na morte da companheira. A mulher foi morta ao ser atirada pela janela da casa onde estava com o amante.

As reportagens de número 10 a 15 apresentam casos de violência entre o casal ainda se relacionando. São crimes de agressão e assassinato cometidos pelo homem contra a companheira.

Um caso de abuso e assassinato é apresentado na reportagem 16. O pai abusava sexualmente da filha de 10 anos e da cunhada, que era deficiente mental. Após a escola da menina denunciar o abuso, o agressor matou a filha e fugiu.

Um crime de assassinato é apresentado na reportagem 17. O homem assassinou a cunhada para que ela não revelasse o relacionamento amoroso (sexual) entre eles. O suspeito foi preso e confessou o crime.

São duas reportagens (16 e 17) que evidenciam o homem no exercício do papel de dominador, quando um pai mata a filha para que ela não o denuncie pe-

los abusos e na outra reportagem mata a cunhada para não ter o relacionamento revelado.

Um médico foi preso por ser suspeito de dopar e abusar sexualmente de uma estudante, na reportagem 18. De acordo com investigações, um médico e um amigo doparam uma jovem e a estupraram após uma festa.

A décima nona reportagem apresentou o caso de um homem que foi preso por se passar por motorista de aplicativo e abusar sexualmente da passageira que estava alcoolizada.

A última reportagem analisada apresentou o caso de uma turista que foi violentada sexualmente por um homem enquanto se hospedava em um hotel. O agressor invadiu o hotel onde praticou o crime e levou objetos de valor da vítima.

Nos três últimos casos não decorria de uma relação amorosa entre as vítimas e os agressores. São crimes de abuso sexual cometidos por agressores desconhecidos, que violentam sexualmente as mulheres, simplesmente por elas serem mulheres.

Casos de agressão como os relatados, embora tenham ocorrido na contemporaneidade, vem se repetindo por vários anos, ao longo da história da humanidade, podendo ter se intensificado com a maior liberdade feminina e o receio dos homens de perderem o domínio sobre as mulheres. Engels (2017) diz que o domínio do homem sobre a mulher não existiu desde sempre, mas teve uma origem no processo de formação da propriedade privada. Alega que a primeira propriedade privada foi a do homem sobre a mulher, quando os homens passaram a controlar a sexualidade das mulheres, agindo como se elas fossem de sua posse, visando a perpetuação da herança, por meio da paternidade incontestada. Assim, a opressão às mulheres não se processa de forma natural, mas foi construída dentro de um processo de dominação, opressão e acumulação.

A violência contra a mulher é uma das expressões da questão social que se manifesta nas variadas camadas sociais. As reportagens relatam situações opressivas nas relações de proximidade das vítimas, sendo os principais agressores os companheiros ou namorados. De acordo com Fonseca et al (2012), as principais causas da violência contra a mulher são por ciúmes e presunção de poder por parte do homem, o que aponta para ancoragens sociais do poder masculino e submissão feminina construídas historicamente.

Em todos os casos de assassinato, as vítimas tinham ou tiveram um relacionamento amoroso com o agressor, o que motiva a reflexão sobre o dito popular “ou será minha ou não será de mais ninguém” que evidencia a dominação masculina como um fator relevante na influência de práticas violentas contra a mulher.

A manifestação do sentimento de posse do homem sobre a mulher na relação afetiva, em que ele considera que a mulher lhe permanece mesmo após o término do relacionamento, deixa claro que nossa sociedade ainda vivencia costumes e práticas de base patriarcal em que o homem tem poder de vida e morte sobre aqueles que lhe pertencem. Em função dessa crença, ele tenta, a todo custo, manter a união e impedir a ex-companheira de iniciar novos relacionamentos, sem se preocupar com a felicidade e satisfação da mulher com o relacionamento.

Ao discutir a violência contra a mulher na sociedade contemporânea, Albuquerque Júnior (2010) enfatiza que o gênero masculino mantém a crença enraizada da inferioridade da mulher. Entretanto, os episódios jornalísticos analisados evidenciam a força da mulher para se impor e sair de um relacionamento fracassado. Como os homens muitas vezes ficam perdidos ao sentir que perderam voz, resta-lhes agredir e, muitas vezes, tirar a vida da ex-companheira. Albuquerque Júnior (2010) defende que na sociedade brasileira há uma “máquina de fabricar machos” que “só gostam é de si mesmos, pois só se pode gostar verdadeiramente, só se pode amar o que se admira, o que parece digno desse afeto” (p. 30). Esse pensamento é demonstrado nos casos de agressão e assassinato apontados no quadro 01 que não evidenciam sentimento de afeto dos homens em relação às mulheres, mas sim um sentimento de posse, de raiva, de necessidade de afirmação de seu poder de dominador na relação ao tentar retomar os relacionamentos com as companheiras.

De acordo com Cisne e Santos (2018) os discursos e práticas de ódio se expressam e se materializam em crimes de violência que ocorrem diariamente na nossa sociedade que, além de ser capitalista, ainda permanece embasado na ideologia patriarcal.

Rocha e Torres (2018) analisam o machismo na sociedade capitalista e afirmam que as diferenças de gênero ainda persistem na atualidade, se apresentando de forma ainda mais complexa, pois, a mulher, ainda que, trabalhando fora de casa, é responsabilizada pelos trabalhos domésticos. As autoras concluem que ainda existem muitos limites para a emancipação feminina na sociedade de classes, onde a mulher, além de ser explorada como trabalhadora, vivencia a exploração masculina.

Sobre a violência contra a mulher, Saffioti (1994) destaca que “A violência do macho contra a mulher, expressa de diferentes formas - ironia, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídio etc. – é constitutiva da organização social de gênero no Brasil” (p.443).

Dessa forma, entende-se que os casos de violência contra a mulher apresentados no jornal são expressões da questão social brasileira, se constituem em

reminiscências do sistema patriarcal brasileiro, que considera que a mulher deveria ser submissa ao homem, aceitando a dominação e a violência. De acordo com Marx (1998), na sociedade de classes, “o passado domina o presente” (p.40) os costumes do passado servem de ferramentas para manter a ordem social, de forma a prender a sociedade em tradições sociais, dificultando reflexões sobre o sistema vigente.

Marx (1998) enfatiza que a dominação do homem sobre a mulher supera a divisão de classes, pois o poder masculino abrange tanto a burguesia quanto o proletariado. “O burguês enxerga em sua mulher um mero instrumento de produção. Ele ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados comunitariamente [...]” (p.26).

Semelhantemente, as reportagens apresentadas pelo programa jornalístico *Cidade Alerta* evidenciam a presunção do poder masculino sobre o feminino nos casos de assassinato, agressão e estupro, cometidos, em todos os casos, por um homem, evidenciando a amarração histórica ao sistema patriarcal. No contexto atual, segundo Saffioti (1994, p. 460), representa “um importante meio de controle social, cuja função precípua consiste na domesticação das mulheres”.

As realidades sociais exibidas no jornal são decorrentes da ordem capitalista e suas leis de acumulação, os quais, de acordo com Netto (2013) e Marx (2013) não se comprometem com o social. Assim, quando o telespectador liga a televisão em busca de entretenimento ou informação, ele se coloca diante do aparelho de forma receptiva, se deixando envolver e absorvendo as informações transmitidas muitas vezes sem questionamentos.

No decorrer do programa, o apresentador ou apresentadora não apenas lê as notícias, mas também se posiciona, expondo sua opinião sobre o assunto. Transmite seu ponto de vista de forma firme, de acordo com suas crenças ou propósito do programa, complementando a notícia com conceitos particulares. O tema é tratado de acordo com Teles e Melo (2002, p. 2) “bem ao gosto da opinião pública” sem análises mais sistemáticas, pois o telespectador não está disposto a conhecer assuntos mais profundos.

De acordo com Silverstone (2002), a mídia não constrói significados de forma isolada, ao contrário, a mídia implica na existência de vínculos com seus espectadores, com movimentos de trocas. Assim, acontece um movimento de reciprocidade, onde os significados são construídos continuamente, fundindo a realidade e a imaginação, gerando novos significados, materiais e simbólicos.

Na mídia televisiva, a questão social é divulgada sem problematizações, como simples acontecimento social “a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, [livre] dos interesses e conflitos

sociais. Assim, se o problema social não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema” (MONTANO, 2012, p. 2).

Ao realizar uma pesquisa sobre o referido programa televisivo, Oliveira (2011) abordou os modos de endereçamento no telejornalismo, analisando imagens falas e cenários. O autor relata que o programa *Cidade Alerta* apresenta um perfil de jornalismo policial de “caça aos bandidos” (p.129), onde o apresentador faz uso da oratória e da expressão corporal para sensacionalizar a notícia, usando termos como “bandido, assassino, estuprador, criminoso, cretino, cara de pau, monstro, drogado, pervertido” (p. 132), de forma a sempre a culpabilizar os acusados.

Quando o apresentador sensacionaliza a notícia, direcionando a culpa para os “bandidos, assassinos, monstros”, ele canaliza a responsabilidade para as pessoas, desvinculando as situações de fragilidade de um contexto maior, desconsiderando as condicionalidades históricas colocadas pelo sistema estrutural.

Debord (2003) critica a forma pela qual a mídia encobre a real situação da sociedade moderna, tratando como *espetáculo* a falsa representação da realidade. Na sociedade capitalista, que incentiva a dominação de uma classe sobre a outra, a classe dominada é coagida a aceitar passivamente sua situação, acreditando ilusoriamente na ideia de que se vive em uma sociedade livre, democrática e igualitária. Por outro lado, o número expressivo de violência contra a mulher apresentadas pelo jornal *Cidade Alerta* confirma que a igualdade ainda está longe de ser realidade.

Nos episódios apresentados entre 20 de setembro e 20 de outubro, diversas falas evidenciaram a culpabilização dos agressores, de forma a direcionar as causas da violência para os indivíduos. “Monstro” (reportagem 12), “assassino” (reportagem 16), “estuprador” (reportagem 20) são alguns adjetivos utilizados pelo repórter para se referirem aos agressores. As palavras utilizadas nos relatos levam o espectador a entender que os acontecimentos têm causas individuais e são de responsabilidade pessoal dos agressores, sem ligação com o contexto social, político e cultural onde ocorrem.

O processo culpabilizador ignora a socialização dos agressores, o seu desenvolvimento em uma sociedade machista e patriarcal, que espera do homem o exercício do papel de macho, chefe, provedor, dominador, forte e livre. A criança do sexo masculino, mediante os brinquedos, brincadeiras e formas de tratamento é socializada para exercer a função de homem e dominador. De acordo com Marx (2008 p.47) “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”.

A legislação brasileira favorece atitudes machistas e patriarcais. Até 2008, o Código Penal de 1940 (que foi atualizado somente em 2009), trazia nomenclaturas com “pátrio poder” e “autoridade marital”, contribuindo para a interpretação

da inferioridade da mulher diante do homem, sendo o poder masculino considerado superior ao direito de escolha da mulher. Essas normas legais, morais, culturais e políticas influenciam diretamente no comportamento social, tanto do homem que entende que sua função será a de dominador, quanto no da mulher, que acata essa dominação.

Assim, o perfil do programa *Cidade Alerta* desperta atenção pela sensacionalização de uma realidade social carente de intervenção do Estado, onde as pessoas são atacadas em sua fragilidade, julgadas e condenadas pelo apresentador do programa. Afinal, é mais fácil culpabilizar o indivíduo pelo “seu erro”, do que buscar medidas para corrigir as falhas estruturais da sociedade, ou mesmo implantar um novo modelo societário com menor desigualdade e dominação.

3. Considerações finais

Este estudo buscou analisar a violência contra a mulher como uma das expressões da questão social apresentadas pelo Programa *Cidade Alerta* na Rede Record de Televisão. As análises evidenciaram que a violência contra a mulher é resultado de um longo processo estruturado socialmente e historicamente e não um simples acontecimento social.

As reportagens apontam a presunção do poder masculino sobre o feminino, evidenciando sua amarração histórica ao sistema patriarcal. Uma realidade que vem sendo desvinculada do sistema estrutural e espetacularizada pela mídia televisiva. A violência contra a mulher não é entendida como uma questão social, levando a crença de que sua solução não estaria na transformação do sistema estrutural da sociedade brasileira, mas na punição individual dos agressores.

Dessa forma, é relevante levantar questionamentos sobre o cumprimento dos direitos constitucionais para o enfrentamento da violência contra a mulher como uma expressão da questão social, desmistificando o sensacionalismo exibido pela mídia televisiva, de maneira a trazer nitidez ao retrato desfocado do contexto social que é direcionado ao público.

Além disso, conhecer a realidade social, adotando-se um olhar crítico, pode colaborar para o entendimento da sociedade capitalista moderna, de forma a compreender a maneira como é divulgada e entendida a questão social brasileira. Esse olhar totalitário possibilita perceber o sistema como um todo, na sua completude, correlacionando causa e efeito de um âmbito sobre o outro.

Recebido em 18/01/2020

Aprovado em 19/03/2020

4. Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charlton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

BRASIL. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>. Acesso em: 05 set. 2018.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Tradução Railton Souza Guedes. 2003. Versão digitalizada disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 7 set. 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017. 224 p.

FERNANDES, Florestam. A Revolução Burguesa no Brasil. **Ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: Realidades e Representações sociais. **Revista Psicologia & Sociedade**. v. 24, n.2, p. 307-314, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07>. Acesso em: 29 out. 2018.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MATTOS, Sérgio. Em entrevista na TV Brasil EBC em 09 de jan. 2015: a redução da audiência na televisão aberta. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/a-reducao-da-audiencia-na-televisao-aberta>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à Economia Política**. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**. v.12, n.34. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9068/10626>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MONTANO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**. n.110, p. 270/287, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004. Acesso em: 13 ago. 2018.

NYE, Andrea. Introdução: Os propósitos da teoria feminista. Liberté, Égalité e Fraternité: liberalismo e direitos das mulheres no século XIX. In: **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos, 1995, p. 13-47.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortês, 2013.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**. v. 2, n. 3, p. 41-49. Brasília: Editora Grafile, 2001.

OLIVEIRA, Danilo Duarte. Cidade Alerta, jornalismo policial, vigilância e violência. In: GOMES, Itania Maria Mota. **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornal**. Salvador: EDUFBA, 2011, p.121/150. Virtual Books disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1585/1/Generos%20televisivos.pdf>. Acesso em 8 set 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ROCHA, Cecília de Oliveira; TORRES, Maria Adriana da Silva. Gênero, trabalho e marxismo: um breve estudo sobre a emancipação feminina. In **Anais... do Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade**. v. 1, n.1, Macaíó, 2018. Disponível em: <http://seer.ufal.br/index.php/dphpi/article/view/5679/3954>. Acesso em 30 out 2018.

ROCHA, Ana. O marxismo e Questão a Mulher. **Cigarras & Formigas**. Curitiba, ano 1, n.1. Março 2007. p. 17-20.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes,1976, 384 p.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos Feministas**. v. , n. 2, p.443 461. Florianópolis. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16177/14728>. Acesso em 06 out 2018.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida.; MELO, Mônica. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_que_%C3%A9_viol%C3%Aancia_contra_a_mulher.html?id=rGgvDwAAQBA-J&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 20 dez 2018.